



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 77/XIII/ 2.ª SL

Aos 07 dias do mês de junho de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*

2. *Apreciação e votação da Ata n.º 76, relativa a 24-05-2017;*

3. *Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 821/XIII/2.ª (BE) - «Medidas para aumentar a cobertura vacinal em Portugal», Projeto de Resolução n.º 827/XIII/2.ª (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo medidas de cumprimento do programa nacional de vacinação na comunidade escolar», Projeto de Resolução n.º 828/XIII/2.ª (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo medidas de cumprimento do programa nacional de vacinação na população adulta e nos profissionais de saúde», Projeto de Resolução n.º 847/XIII/2.ª (PSD) - «Recomenda ao Governo que reforce as medidas de vacinação contra o sarampo e lance uma campanha informativa para esclarecer a população sobre a validade da vacinação incluída no Programa Nacional de Vacinação, em particular no caso do sarampo», e Projeto de Resolução n.º 848/XIII/2.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo a tomada de medidas que promovam a sensibilização para a importância da vacinação» e análise da proposta de fusão;*

4. *Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 368/XIII/2.ª (BE) - «Poupar no financiamento a privados para investir no Serviço Nacional de Saúde»;*

5. *Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 745/XIII/2.ª (PCP) - que «Recomenda ao Governo que assegure o acesso dos reformados da indústria de lanifícios ao direito à comparticipação dos medicamento» e Projeto de Resolução n.º 820/XIII/2.ª (BE) - que «Recomenda ao Governo que assegure aos reformados da indústria de lanifícios o acesso pleno ao direito de comparticipação dos medicamentos» e análise da proposta de fusão;*

6. *Discussão e votação do requerimento do PCP, para audição do Ministro da Saúde «sobre os 700 médicos que ficaram sem acesso à formação médica especializada»;*

7. *Outros assuntos.*

10:30 *Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo PCP e pelo BE para «prestar esclarecimentos relacionados com o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge» e pelo PSD «a propósito do anunciado fecho dos meios de emergência do INEM».*

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 77/XIII/ 2.ª SL

1. Informações

O Presidente informou que, na sequência da deliberação do Grupo de Trabalho, vai pedir a prorrogação do prazo da PPL n.º 34 XIII (2.ª) por mais 30 dias.

A Petição n.º 327/XIII (2.ª), que «*Solicita a criação do Dia Nacional de Síndrome de Angelman Portugal*» foi admitida e distribuída ao PSD, que indicará Relator posteriormente.

2. Apreciação e votação da Ata n.º 76, relativa a 24-05-2017

A ata n.º 76, relativa a 24 de maio, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

3. Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 821/XIII/2.ª (BE) - «Medidas para aumentar a cobertura vacinal em Portugal», Projeto de Resolução n.º 827/XIII/2.ª (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo medidas de cumprimento do programa nacional de vacinação na comunidade escolar», Projeto de Resolução n.º 828/XIII/2.ª (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo medidas de cumprimento do programa nacional de vacinação na população adulta e nos profissionais de saúde», Projeto de Resolução n.º 847/XIII/2.ª (PSD) - «Recomenda ao Governo que reforce as medidas de vacinação contra o sarampo e lance uma campanha informativa para esclarecer a população sobre a validade da vacinação incluída no Programa Nacional de Vacinação, em particular no caso do sarampo», e Projeto de Resolução n.º 848/XIII/2.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo a tomada de medidas que promovam a sensibilização para a importância da vacinação» e análise da proposta de fusão

A Deputada Isabel Galriça Neto propôs um pequeno inciso no texto da proposta de fusão, que foi aceite por todos, ficando assim fixada a redação final dos PJR N.ºs 821/XIII/2.ª (BE), 827/XIII/2.ª (CDS-PP), 828/XIII/2.ª (CDS-PP), 847/XIII/2.ª (PSD) e 848/XIII/2.ª (PCP).

4. Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 368/XIII/2.ª (BE) - «Poupar no financiamento a privados para investir no Serviço Nacional de Saúde»

Foi fixada a redação final do Projeto de Resolução 368/XIII/2.ª (BE), com as propostas apresentadas pela DAPLEN, com o acordo de todos.

5. Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 745/XIII/2.ª (PCP) - que «Recomenda ao Governo que assegure o acesso dos reformados da indústria de lanifícios ao direito à comparticipação dos medicamento» e Projeto de Resolução n.º 820/XIII/2.ª (BE) - que



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 77/XIII/ 2.ª SL

«Recomenda ao Governo que assegure aos reformados da indústria de lanifícios o acesso pleno ao direito de comparticipação dos medicamentos» e análise da proposta de fusão

O Presidente colocou à consideração dos Deputados a proposta de fusão dos Projetos de Resolução n.ºs 745/XIII/2.ª (PCP) e 820/XIII/2.ª (BE), tendo sido fixada a redação final com as alterações sugeridas pela DAPLEN, com o acordo de todos.

6. Discussão e votação do requerimento do PCP para audição do Ministro da Saúde «sobre os 700 médicos que ficaram sem acesso à formação médica especializada»

A Deputada Carla Cruz apresentou o requerimento que solicita a audição do Ministro da Saúde, com carácter de urgência, para prestar esclarecimentos sobre os médicos que ficarão sem acesso à formação médica especializada, sublinhando que a Comissão de Saúde não pode ficar alheada do problema. Lembrou que a recente publicação da lista de vagas de ingresso no internato médico de 2017 disponibilizou 1758 vagas, enquanto os candidatos são 2466, restando mais de 700 médicos sem acesso à formação. O problema vem-se agudizando desde 2015 e desde essa altura o PCP tem *«exigido que sejam tomadas medidas urgente para resolver este problema, como sucedeu em sede de orçamento do Estado para 2017 e que está inscrita na lei do orçamento»*.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro constata que é um problema recorrente desde 2015 e que este ano se prevê ficarem sem acesso à formação cerca de 700 jovens médicos, com tudo o que isso implica. Dada a gravidade da situação acompanha o requerimento.

O Deputado António Sales disse acompanhar o requerimento, sugerindo que se aproveite a audição do Ministro no próximo dia 21 para esclarecer o assunto.

O Deputado Moisés Ferreira considerou ser um desperdício de recursos humanos que, desde 2015, haja jovens médicos sem acesso à formação especializada, precisando o SNS deles. Disse que acompanha o requerimento para que o Ministro esclareça qual é a solução para aqueles profissionais e qual será a capacidade formativa futura.

A Deputada Isabel Galriça Neto observou que a formação dos recursos médicos é uma temática que preocupa o CDS-PP. O problema não está apenas na abertura de vagas, mas também na boa capacidade formativa. Sugere que o Ministro seja ouvido no âmbito desta matéria no dia 21.

A Deputada Carla Cruz julga que, pela pertinência do assunto, a audição deve ser feita com a brevidade possível, mas não enjeita a possibilidade de que tal ocorra no dia 21, aquando da 4.ª audição obrigatória do Ministro, fazendo-se então uma ronda adicional para debater a questão.

O requerimento foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 77/XIII/ 2.ª SL

10:30 Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo PCP e pelo BE para «prestar esclarecimentos relacionados com o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge» e pelo PSD «a propósito do anunciado fecho dos meios de emergência do INEM»

O Presidente da Comissão iniciou os trabalhos cumprimentando o Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, que veio acompanhado pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Fernando Araújo e pelo Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado. Informou quais os temas dos requerimentos, bem como a grelha de tempos a utilizar.

Requerimento do PSD sobre o anunciado fecho dos meios de emergência do INEM

O Deputado Miguel Santos fez referência à existência do plano de reorganização do INEM que prevê a redução de meios, pedindo ao Ministro que o distribuisse. Esse plano existe e prevê a redução do horário de funcionamento de ambulâncias do INEM, tendo merecido as críticas de Presidentes de Câmara, de Deputados. O PSD questionou o Governo sobre a matéria, tendo sido respondido não haver qualquer encerramento. Foram verificar no terreno o que se está a passar e nalguns locais existem ambulâncias que não fazem o turno da noite e noutros não fazem o turno da tarde. Há anúncios do CODU para recrutar operadores de *call center* através de empresas prestadoras de serviços, o que é uma incongruência. Há mais de um ano que o Ministro foi avisado para acautelar o efeito das 35 horas e agora está a gastar mais em prestação de serviços do que antes, perguntando-lhe o que tem a dizer.

A Deputada Marisabel Moutela referiu que a emergência pré-hospitalar é muitas vezes a linha que separa a vida da morte. Salientou que este Governo marcou a diferença do anterior, designadamente com a abertura de concursos para assistentes operacionais e o reforço do n.º de viaturas SIV e VMER's. Parece que existe uma cobertura equitativa e equilibrada ao nível dos meios, questionando o Ministro se os portugueses podem ficar sossegados com a atuação do Governo nesta área.

O Deputado Moisés Ferreira frisou que o BE se opõe ao encerramento de quaisquer meios de emergência do INEM, notando que há uma falta gritante de técnicos de emergência pré hospitalar, o que está a colocar em causa o funcionamento dos meios, bem como uma resposta pronta a quem mais deles precisa. Perguntou o que está a ser feito para abrir os concursos programados para contratar técnicos, salientando que estes normalmente saem ao fim de um ano dada a exigência do trabalho. Perguntou se é verdade que a contratação de meios aéreos será feita através de uma espécie de *outsourcing*.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 77/XIII/ 2.ª SL

A Deputada Isabel Galriça Neto lembrou que o CDS-PP há mais de um ano tem vindo a manifestar preocupação com o funcionamento das instituições que têm uma missão tão nobre, como é o caso do INEM, assegurando o Governo que tomaria medidas com eficácia e eficiência. Com o encerramento de meios e as promessas por resolver, as coisas não estão a correr bem. Colocou questões quanto à forma precipitada como foram introduzidas as 35 horas, como vai ser garantida a contratação de mais profissionais e perguntou quais as conclusões do GT constituído para reorganizar o INEM, designadamente quais as medidas a tomar.

A Deputada Carla Cruz entende que a rede de emergência deve ter uma cobertura nacional e as respostas devem estar disponíveis 24 horas por dia, o que não acontece nalguns locais. O plano de reestruturação do INEM previa uma reorganização dos horários de funcionamento das ambulâncias de emergência médica encerrando os turnos noturnos nalguns concelhos, mas parece que o INEM terá recuado nesse encerramento. Questionou o Ministro sobre as medidas que estão a ser tomadas para operacionalizar o INEM e se, como foi noticiado, vão recorrer à subcontratação de profissionais através de empresas de trabalho temporário.

O Ministro da Saúde cumprimentou todos, agradecendo as questões. Começou por referir que o Instituto Nacional de Emergência Médica é uma das melhores criações que a democracia portuguesa gerou e é considerado um dos melhores Institutos de emergência na Europa. O INEM tem socorro médico atempado e respeita os profissionais, mas debate-se com a falta de recursos humanos e, apesar de recentemente terem tomado posse 60 enfermeiros, ainda faltam cerca de 200 profissionais. Deu nota que o INEM vai ter a sua frota de VMER's totalmente renovada, através de um protocolo com os Hospitais EPE e um protocolo com a Liga de Bombeiros Portugueses e que foi reforçado o concurso motorizado. Disse que o Governo está a intervir, à velocidade que é possível e pretende chegar ao fim do ano com o quadro de profissionais completo para que o INEM seja um fator de sossego para as populações. Esclareceu que a contratação dos helicópteros de socorro, em muitos momentos, foi feita por contratação pública a privados. Realçou que não existe condicionamento do Ministro das Finanças à Saúde, há uma solidariedade total dentro do Governo. Deu nota de que está a ser feito um exercício orçamental de competência, sem cortes salariais, sem restrições de contratações, estando a prestar mais cuidados assistenciais e a aceder a medicamentos inovadores, acrescentando que nunca foram contratados tantos médicos e que está em fase de conclusão o concurso de enfermeiros.

Na segunda ronda fizeram perguntas adicionais os Deputados Miguel Santos, Marisabel Moutela, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a que o Ministro da Saúde respondeu em conjunto.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 77/XIII/ 2.ª SL

Requerimentos do PCP e do BE para esclarecer assuntos relacionados com o INSA

A Deputada Carla Cruz sublinhou a grande importância do Instituto Ricardo Jorge (INSA) para a saúde pública, como foi comprovado recentemente aquando do surto do sarampo e de hepatite A, frisando que é um laboratório fundamental na investigação. Foi constituído um GT que perspetivava o desmantelamento do INSA, tendo vindo a público que estão a ser preparadas alterações no Instituto propondo a sua integração na Universidade Nova de Lisboa e do Porto, o que no entender do PCP, «*contribuiria para o desmantelamento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e na capacidade de desempenho do serviço público que o INSA assegura*». Questionou o Ministro sobre o objetivo do grupo de trabalho referido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 20 /2016. O Presidente do INSA deu conta que a Instituição não tem dificuldade em fazer parcerias pelo que não se entende a necessidade de fazer uma aproximação à Universidade. O Deputado Moisés Ferreira lembrou que na reunião Plenária de 7 de abril o BE questionou o Primeiro-Ministro sobre as alterações propostas pelo grupo de trabalho que poderiam abrir a porta a uma cooperação com a Fundação, que é detentora da Universidade Nova, que por sua vez tem uma parceria com o Grupo Mello. Nas audições já realizadas foi referido que na reunião ocorrida entre o INSA e a UN se propunha a integração do INSA na UN até que se fizesse um contrato programa com o Ministério da Saúde, o que não se coaduna com o funcionamento do INSA. Pediu ao Ministro que esclareça o que está a ser feito no INSA, disse que este organismo precisa de recursos humanos e de uma avaliação externa, a qual, segundo o seu Presidente, não é feita há mais de dez anos.

O Deputado Miguel Santos acentuou que não percebeu o que move o PCP e o BE com os requerimentos. Há declarações contraditórias e não entende o que se está a passar. O Presidente do INSA falou de dois grupos de trabalho dos quais não existe qualquer relatório. O primeiro tinha como objetivo estudar o modelo do INSA e o segundo estudar a aproximação às Universidades, que, no entender dos partidos requerentes, não é necessária, solicitando ao Ministro que esclareça o assunto e diga o que propõe que aconteça.

A Deputada Marisabel Moutela reconheceu a excelência do INSA como laboratório público. O Conselho de Ministros constituiu um grupo de trabalho que pretendia reforçar o INSA na sua parte científica. O Ministro fez declarações públicas sobre este assunto, que não foram cabalmente esclarecedoras, perguntando se houve, há ou haverá intenção de retirar a natureza pública do INSA ou se há apenas a intenção de aprofundar a vertente científica.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que o BE questionou o Primeiro-Ministro sobre o futuro do INSA durante o debate quinzenal, que respondeu não haver desmantelamento, mas parece que o



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 77/XIII/ 2.ª SL

BE ficou com dúvidas, pois apresentou este requerimento. O INSA continua a ser um laboratório de saúde pública de referência e tem capacidade para desenvolver investigação, perguntando ao Ministro quais as maiores dificuldades e constrangimentos com que o INSA se debate e de que forma poderiam ser ultrapassados e quais as conclusões do grupo de trabalho.

O Ministro da Saúde agradeceu as questões. Salientou que as organizações precisam de se modernizar e de se projetar para o futuro, cabendo aos governos responder perante o Parlamento dando conta da sua ação política diária, mas quando existe um processo legislativo os governos têm de justificar e fundamentar as escolhas. Disse que o Secretário de Estado recebeu o Relatório do GT sobre o INEM, que visará a alteração do seu estatuto com o intuito de agilizar o seu funcionamento e até recrutar profissionais mais rapidamente. Informou que dará conhecimento à Comissão do Relatório do INEM. Reafirmou que o Governo não tem a mínima intenção de alterar a natureza pública do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge e tudo fará para que o INSA se relance e seja avaliado nacional e internacionalmente. O INSA é reconhecido como um dos melhores institutos de saúde e o mais sensato é que mantenha a sua natureza pública estratégica e estabeleça consórcios. Fazer bem pelo INSA é fazer bem pelo país, deve modernizar-se para se tornar mais eficaz à semelhança com o que sucedeu com o INFARMED, que é considerada a quarta melhor agência reguladora europeia na área do medicamento.

Na 2.ª ronda pediram esclarecimentos os Deputados Miguel Santos, Marisabel Moutela, Moisés Ferreira, Ana Rita Bessa e João Ramos, a que o Ministro da Saúde respondeu em conjunto.

O Presidente agradeceu a vinda do Ministro e dos Secretários de Estado à Comissão de Saúde e todas as informações e esclarecimentos prestados.

A reunião foi encerrada às 12:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo ser acedida [aqui](#) a gravação da 1.ª parte da reunião. A vídeo/gravação das audições pode ser acedida [aqui](#).

Palácio de São Bento, 07 junho 2017.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 77/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
José Luís Ferreira
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro
João Ramos
Ana Rita Bessa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Falcato Simões
José Luís Ferreira
Teresa Caeiro